

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.822 - RS (2019/0115862-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : ANTONIO MARCELINO ESPIRITO SANTO - PR069843
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**.

Depreende-se dos autos que o ora recorrente **teve sua prisão preventiva decretada** pelo d. juízo de primeira instância (fls. 709-741), sendo posteriormente denunciado pela prática, **em tese**, dos delitos tipificados no art. 316, **caput**, no art. 317, **caput**, e no art. 325, **caput**, todos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva do recorrente ou a sua substituição por medida cautelar diversa. O eg. Tribunal de origem, por maioria, **concedeu parcialmente a ordem para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas**, em v. acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. LIBERDADE PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. MONITORAMENTO ELETRÔNICO.

1. Findo o prazo para a conclusão do inquérito policial, sem notícia do indiciamento ou oferecimento de denúncia contra o paciente por crimes mais graves, é cabível a concessão da liberdade do paciente mediante a imposição de medidas cautelares alternativas, conjugada com a monitoração eletrônica dos seus deslocamentos, medida capaz de inibir a reiteração criminosa e manter o paciente vinculado ao juízo.

2. Como condição de sua liberdade, deverá o paciente propiciar o monitoramento de seus deslocamentos, através do excepcional uso de tornozeleira eletrônica (art. 319, IX, do CPP), mediante a respectiva contraprestação da

monitoração eletrônica, com os ônus financeiros por sua conta. Em caso de fuga, o valor está sujeito a perdimento integral" (fl. 767).

Posteriormente, foi proferida sentença condenatória (fls. 770-1.032), tendo o ora recorrente sido condenado à pena de **4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão**, em regime inicial semiaberto, mais multa. Na ocasião, o magistrado concedeu ao recorrente o direito de apelar em liberdade, bem como **manteve todas as medidas cautelares impostas pelo eg. Tribunal a quo.**

Ainda inconformada, a defesa impetrou novo **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal de origem, com vistas ao afastamento das medidas cautelares diversas impostas ao recorrente. A ordem, por seu turno, foi denegada, à unanimidade. Confira-se, oportunamente, a ementa do julgado:

"HABEAS CORPUS. CONCUSSÃO. CORRUPÇÃO PASSIVA. SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA SEMIABERTO. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. MANUTENÇÃO DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO. POSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Este Tribunal, por ocasião do julgamento do HC nº 5009455-56.2017.4.04.0000 impetrado anteriormente em favor do ora paciente, decidiu que o monitoramento eletrônico perdurará até que cumprido o prazo de duração razoável do processo (2 anos) ou até que iniciada a execução de eventual sentença condenatória.

2. Não configura constrangimento ilegal ao status libertatis do paciente o simples transcurso do prazo de 2 (dois) anos, considerado como razoável para o julgamento do processo e a manutenção do monitoramento eletrônico, sendo certo que, em princípio, a concessão da liberdade provisória, mediante o uso de tornozeleira eletrônica, se revela mais benéfica a este do que o cumprimento da pena em regime semiaberto.

3. Ordem de habeas corpus denegada" (fl. 341).

Daí o presente recurso ordinário, no qual o recorrente repisa os argumentos lançados no **writ** originário, **reafirmando a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a manutenção das medidas cautelares diversas da prisão, por ocasião da r. sentença condenatória.**

Aduz, nesse sentido, que *"é nítida a falta de fundamentação idônea nas decisões que ordenaram a manutenção do monitoramento eletrônico, mesmo após sua utilização por mais de 02 (dois) anos, e ainda com sentença concedendo ao Recorrente o direito de recorrer em liberdade"* (fl. 363).

Reforça, ainda, que ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação das medidas cautelares que lhe foram impostas.

A liminar foi indeferida às fls. 697-699.

As informações foram prestadas às fls. 703-1.032.

O Ministério Público Federal, às fls. 1.035-1.038, manifestou-se pelo **desprovimento do recurso**, em parecer sem ementa.

É o relatório.

Decido.

Sobre o tema, insta consignar, **inicialmente**, que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu **jus libertatis** antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias

superiores (HC n. 93.498/MS, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse contexto, a Lei n. 12.403/2011 alterou significativamente dispositivos do Código de Processo Penal, notadamente os artigos 319 e 320, nos quais estabeleceu-se a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

Em outras palavras, o intuito almejado pela novel legislação foi criar medidas menos gravosas do que a excepcional prisão cautelar, que possibilitem, diante de cada situação, a liberdade de locomoção do agente, atingindo-se a finalidade, mediante estabelecimento de medida alternativa, que antes apenas seria possível com a imposição de prisão cautelar.

Na hipótese, o d. juízo de primeira instância **decretou a prisão preventiva** do ora recorrente sob os seguintes fundamentos:

*"Segundo a autoridade policial federal, **SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS**, em razão de sua condição de Delegado de Polícia Federal, valendo-se de **CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS** (conhecido como **TIGRINHO**), como intermediário, solicitou vantagem indevida a **CARLOS HENRIQUE** (vítima mediata), por volta das 09h de 31 de janeiro de 2017 (tempo do crime), no estabelecimento da sociedade empresária **SILO DA MODA CONFECÇÕES**, localizada à Rua Rio Grande do Norte, n. 404, na cidade de Londrina-PR (local do crime), assim agindo ao **preenunciar a produção de relatório sem indiciados do inquérito policial n. 086/2015 - DPF/LDA/PR**, pelo **funcionário público instaurado em face de CARLOS HENRIQUE** e às 11h 15 da manhã de 20 de fevereiro de 2017 (tempo do crime), mesmo local de crime, por meio do mesmo intermediário, exigiu o pagamento de quantia indevida sob o argumento de ter produzido o relatório, conforme **preenunciado**.*

*Pela análise dos elementos indiciários constantes destes autos e todos aqueles a ele relacionados, verifica-se a provável participação de **SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS** e de **CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS** nos crimes de corrupção passiva previsto no art. 317, do Código Penal, e organização criminosa previsto no art. 2º, da Lei 12.850/2013. [...]*

[...]

No ev. 1, p. 24, dos autos de *PROCED. INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO)* n. 50011486220174047001, relacionados, **consta apreensão da carta endereçada a CARLOS HENRIQUE DIAS com conteúdo de ameaça, no seguintes termos: 'VOCE ACABO COM MUITA GENTE CHEGO SUA HR OLHO OLHO VAMO TE MOSTRA ALGUÉM PERTO DE VOCE VAI PAGAR SUA BOCA VOCE VAI FAZE MUITA GENTE SOFRE POR HORA NÃO VAMO MECHE COM SUA FAMÍLIA MAS COM QUEM TE DEFENDE SE ENTRA POLICIA PEGA MO UM FILHO SEU'.**

[...]

Como se nota, pelos depoimentos de CARLOS HENRIQUE DIAS, CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS (TIGRINHO) tem-lhe procurado de maneira insistente e lhe disse, pessoalmente, que o Delegado de Polícia Federal SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS poderia lhe prender, e que ganharia um outro presente de Ano Novo, sendo este o arquivamento do Inquérito Policial que tramita junto à Polícia Federal sob a presidência do Delegado SANDRO, porém o declarante 'ficaria devendo um favor e que o declarante que acertar isso futuramente'.

[...]

O diálogo captado e havido entre CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS (TIGRINHO) e CARLOS HENRIQUE DIAS, aliado aos depoimentos prestados por CARLOS HENRIQUE DIAS perante o GAECO e demais elementos indiciários angariados até o presente momento, indicam a presença de indícios da prática do crime do art. 317, do Código Penal (corrupção passiva) e de organização criminosa (art. 2º, da 12.850/2013), por parte do Delegado de Polícia Federal SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS, em coautoria com CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS (TIGRINHO), ADNALDE LUJETE, e o Policial Militar "BENÁ", vez que estaria solicitando para si, de CARLOS HENRIQUE, em razão de sua função de Delegado de Polícia Federal e autoridade policial federal que preside autos de inquérito policial no qual se investiga a conduta de CARLOS HENRIQUE, vantagem indevida.

[...]

No referido IPL foi investigada a conduta de CARLOS HENRIQUE DIAS, o qual foi ouvido por SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS, que fez constar ao final do termo de declarações deste último que ele 'poderá vir a ser indiciado em Inquérito Policial pelos crimes previstos nos Art. 334, 317, caput, e § lo, Art. 333 e § lo, e Art. 288, todos do CP'. [...]

A sequência de vários, recorrentes e insistentes contatos e visitas de CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS (conhecido por TIGRINHO) a CARLOS HENRIQUE e os termos sempre utilizados por aquele indicam a solicitação de vantagem indevida por parte do Delegado de Polícia Federal SANDRO para si, a fim de solicitar o arquivamento do IPL sem indiciar ou requerer medidas coercitivas contra CARLOS HENRIQUE.

[...]

De fato, SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS, conforme prova dos autos, apresentou relatório no IPL sem indiciados.

Há indicativos que a ameaça retratada na carta encaminhada a CARLOS HENRIQUE possa ter relação com ADNALDE LUJETE, SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS e CLODOALDO, diante da proximidade de todos, e porque foi justamente ADNALDE quem apresentou notícia criminal que culminou com a abertura de IPL.

Por outro lado, o fato de CLODOALDO ter dito a CARLOS HENRIQUE que este deveria trocar de advogado, e o fato de que a carta ameaçadora dizer que condutas seriam tomadas contra quem exercia a defesa de CARLOS HENRIQUE, denotam possível intimidação contra o advogado de CARLOS HENRIQUE (GABRIEL BERTIN DE ALMEIDA), sendo possível, pelos indícios até agora angariados, que essa intimidação tenha a participação de SANDRO, CLODOALDO e ADNALDE.

[...]

CLODOALDO tem uma empresa de segurança (T.G.E. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA) e segundo Informação n. 010/2017- DICINT/DIP (ev. 3.4), entre entre armas de fogo registradas em nome da empresa e vigias, CLODOALDO possui 22 armas de fogo. Essa circunstância também constitui elemento a causar temor em CARLOS HENRIQUE.

[...]

Os elementos de prova angariados até agora indicam que SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS, na qualidade de Delegado de Polícia Federal, de maneira reiterada, está exigindo vantagem indevida para si de CARLOS HENRIQUE DIAS, valendo-se do auxílio de CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS (TIGRINHO). Essa exigência tem acontecido de maneira reiterada, inclusive em curto espaço de tempo. [...]

[...]

Assim, é necessário acautelar a ordem pública contra possível reiteração delitiva por parte de SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS e CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS, fazendo cessar os atos, em tese, delitivos e intimidatórios contra CARLOS HENRIQUE DIAS, sua família e seu defensor.

Registro que há indicativos razoáveis de prática intimidatória contra CARLOS HENRIQUE DIAS, sua família e seu defensor, por parte dos investigados SANDRO e CLODOALDO, especialmente pela condição que ostentam (um Delegado de Polícia Federal) e um **proprietário de empresa de segurança, que possui em seu poder várias armas de fogo registradas.**

[...]

Presentes assim, os fundamentos da prisão preventiva, centrados na **garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal" (fls. 717-738, grifei).**

Posteriormente, o eg. Tribunal de origem substituiu a prisão

preventiva do ora recorrente por medidas cautelares diversas, nos seguintes termos, verbis:

"A decisão impugnada apontou os elementos de materialidade e os indícios de autoria em relação ao paciente, no que concerne crime de corrupção passiva, na medida em que é claro o teor dos diálogos que o paciente Clodoaldo teve com a vítima Carlos Henrique, intercedendo em favor do Delegado Sandro Roberto Viana dos Santos, na solicitação de vantagens em troca de arquivamento de inquérito policial.

Embora a defesa alegue que se trataria de fato isolado na vida do paciente, há elementos que, em exame preliminar, enfraquecem tal alegação, pois a atuação do paciente teria ocorrido em vários momentos, prolongando-se no tempo, como deflui do seguinte excerto da decisão, em que o MM. Juiz faz uma síntese cronológica dos fatos: [...].

Com efeito, o que se vê é que a investigação aponta indícios concretos de que o paciente esteja envolvido na prática delitiva, fazendo frequentes contatos com a vítima Carlos Henrique, em nome do Delegado Sandro Roberto Viana dos Santos, auxiliando-o, portanto, no seu intento, que seria a solicitação ou exigência de vantagens indevidas em troca de arquivamento de inquérito policial.

[...]

As investigações colacionaram substanciais elementos de sua participação em atos de corrupção em concurso com agentes públicos. [...]

[...]

Dessarte, as informações até agora colhidas dão conta de que não se trata de fato isolados, mas de possível esquema criminoso no qual o paciente estaria envolvido, o que é particularmente agravado pela circunstância de estar colaborando com crimes praticados por um Delegado de Polícia Federal.

[...]

Feitas essas considerações, observo que a prisão preventiva foi decretada, ao seu tempo e circunstâncias, de modo razoável, em face da necessidade e pertinência para a instrução processual e para a garantia da ordem pública.

[...]

Observo que o paciente possui residência fixa e trabalho lícito, demonstrando, assim, condições subjetivas favoráveis para responder ao processo em liberdade, mediante a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Destarte, entendo cabível ao caso aplicação de outras medidas cautelares, forte no art. 282, 1 do Código de Processo Penal, a fim de garantir a regularidade da instrução criminal e evitar a reiteração da prática delitiva.

Para a definição de quais medidas são necessárias e cabíveis, deve-se considerar o grau de participação do paciente nos fatos sob

investigação e outras circunstâncias de caráter pessoal do paciente. Dentre estas, são relevantes aquelas destacadas [...] em decisão na qual o MM. Juiz acrescentou elementos acerca de outros registros criminais do paciente, relativos a crimes e contravenções, cuja natureza corrobora a necessidade da imposição de medidas cautelares:

'Sob outra angulação, o MPF no ev. 95.2 anexou certidão de antecedentes criminais do investigado CLODOALDO. Referida certidão indica que o investigado foi condenado pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-PR, nos autos de ação penal 006.0001273-8 (número único 0001387-80.2006.8.16.0014) à pena privativa de liberdade de 2 anos de reclusão, em regime aberto, pela prática do crime do art. 14, 'caput', da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido), data da infração 11.02.2006, [...] tendo a sentença condenatória transitado em julgado para a acusação em 21.02.2013 e para a defesa em 19.07.2013, e a execução sido extinta pelo cumprimento da pena em 06.03.2017. [...]

Ainda nesse sentido, a pesquisa de antecedentes do ev. 95.2, indica que o investigado já respondeu a Termo Circunstância sob a alegação da prática do crime de ameaça (art. 147, do Código Penal) e de contravenção de vias de fato (art. 21, do DL 3.688/1941 - LCP), perante o 2º Juizado Especial Criminal da Comarca de Londrina (autos 2003.0001773-4 - número único 0003870-88.2003.8.16.0014), data da infração em 19.01.2003'.

Desse modo, tendo em vista os registros anteriores por ameaça e porte ilegal de arma de fogo, entendo que a prisão deve ser substituída pelas seguintes medidas cautelares alternativas:

- a) compromisso de comparecimento em todos os atos do processo;*
 - b) ratificar o endereço onde possa ser encontrado e não mudar de endereço sem comunicação prévia ao Juízo processante.*
 - c) proibição de porte de arma;*
 - d) proibição de comunicação e de aproximação aos coinvestigados e à vítima; e*
 - e) monitoração eletrônica mediante uso de 'tornozeleira' (art. 319, IX, do CPP), com os respectivos custos ao encargo do paciente;*
- [...]*

Fixo como limite de deslocamentos o raio de 1 (um) quilômetro do local de residência, e a vedação de ultrapassar quaisquer das fronteiras nacionais" (fls. 759-765, grifei).

Por sua vez, a r. sentença condenatória **manteve as medidas cautelares alternativas**, conforme se extrai do seguinte excerto, **in verbis**:

"Da leitura dos v. acórdãos proferido nos HCs supramencionados, pode-se perfeitamente concluir que todas as medidas cautelares foram impostas em substituição à prisão preventiva dos réus, como forma também de se acautelar a ordem pública contra, em tese, eventuais infrações penais por parte deles. Logo, por este motivo, nenhuma das medidas cautelares deve ser revogada, notadamente a monitoração eletrônica, porque presentes ainda todos os requisitos legais para continuarem a subsistir. Aliás a monitoração eletrônica funciona a um só tempo como medida cautelar em si, mas também como instrumento eficaz de fiscalização de outras medidas cautelares impostas pelo TRF4. Com efeito, os réus foram impedidos pelo TRF4 de comunicação e de aproximação entre si e também em relação à vítima CARLOS HENRIQUE DIAS. Ora, a única forma eficaz de garantir que deixem de se comunicar e de se aproximar entre si, e também de se comunicarem com CARLOS HENRIQUE DIAS ou dele se aproximarem é mediante o controle por meio da monitoração eletrônica, que funciona 24 horas por dia e dá em tempo real a exata localização dos réus. Logo, a retirada das tornozeleiras frustraria a fiscalização dessa medida cautelar fixada. [...] Assim, com fulcro no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, mantenho todas as medidas cautelares impostas aos réus SANDRO ROBERTO VIANA DOS SANTOS e CLODOALDO PEREIRA DOS SANTOS, nos termos decididos e impostos pelo TRF4 no julgamento do HC 5009455-56.2017.4.04.0000/PR (réu SANDRO) e HC 5007538-02.2017.4.04.0000/PR (réu CLODOALDO), as quais vigorarão até o início da execução penal" (fl. 1.031, grifei).

Por fim, o eg Tribunal de origem, ao analisar o **mandamus** originário, por meio do qual a defesa pleiteava a revogação das medidas cautelares diversas, assim dispôs:

"No caso em tela, ao deferir ao paciente o direito de apelar em liberdade, mantidas as medidas cautelares impostas por este Tribunal [...], assim se manifestou o juízo impetrado [...], in verbis: [...].

Da sua análise, não se verifica a existência de constrangimento ilegal a ensejar a concessão da ordem.

Com efeito, ao contrário do que sustenta o impetrante, a decisão proferida pelo juízo singular encontra-se devidamente fundamentada, com a explanação dos motivos que o levaram a manter a imposição das medidas cautelares alternativas à prisão, notadamente o monitoramento eletrônico, para garantia da ordem pública, porquanto ainda se encontram presentes todos os requisitos legais para a sua subsistência" (fls. 346-347, grifei).

Da análise dos excertos transcritos, **parece-me consentâneo com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação, a manutenção das medidas cautelares impostas**, as quais foram estabelecidas em substituição à prisão preventiva, de maneira suficiente **ao fim visado quando da decretação da preventiva**, qual seja, a garantia da ordem pública, **em virtude de o recorrente ser reincidente, tendo contra si condenação transitada em julgado, pelo delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, a qual não foi suficiente para impedir sua reiteração delitiva, além de já ter respondido a termo circunstanciado pelo delito de ameaça**. Assim, tenho que a manutenção das medidas cautelares impostas está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos, para garantia da ordem pública**, em virtude do **fundado receio de reiteração delitiva**.

Não se pode olvidar, como bem ressaltado pelas instâncias originárias, que o recorrente estaria supostamente *"colaborando com crimes praticados por um Delegado de Polícia Federal"* (fl. 761 do acórdão que impôs as medidas cautelares diversas), **bem como seria "proprietário de empresa de segurança, que possui em seu poder várias armas de fogo registradas** (fl. 737 do decreto preventivo). **Ademais**, conforme consignado pelo d. juízo de primeira instância, **a solicitação de vantagem indevida se deu "de maneira reiterada, inclusive em curto espaço de tempo"** (fl. 737 do decreto preventivo). Portanto, a manutenção das medidas cautelares impostas **também** está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos, para garantia da ordem pública**, em virtude da **periculosidade concreta** do recorrente, não estando caracterizado excesso de prazo irrazoável das medidas cautelares no presente caso.

Dessa forma, as medidas cautelares impostas para assegurar a ordem pública, ao meu ver, se amoldam perfeitamente à hipótese e revela-se prematura a revogação de tais medidas, que poderão ser revistas por ocasião de eventual recurso de apelação.

Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes desta col. Corte Superior:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO IMPOSTAS PELO TRIBUNAL ESTADUAL. FLEXIBILIZAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO OBSERVADA. RECURSO DESPROVIDO COM RECOMENDAÇÃO.

I - A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012). Sob tal contexto, a Lei n. 12.403/2011 estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

II - Na hipótese, a Corte de origem estabeleceu, fundamentadamente, as medidas contidas no art. 319 que julgou adequadas ao caso concreto. Não havendo elementos que indiquem, de maneira inequívoca, a possibilidade de revogação de tais medidas, a manutenção destas se faz necessária.

III - Não há que se falar em excesso de prazo das medidas cautelares fixadas quando se constata que a ação tramita regularmente e inexistem elementos que indiquem demora por desídia do aparelho judiciário. Ressalte-se ademais, que "a ação penal correlata está com seu curso suspenso em primeiro grau, devido a Habeas Corpus impetrado, perante o STJ, pela própria defesa do paciente" (fl. 102).

Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. Expeça-se, contudo, recomendação ao eg. Tribunal de origem para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do feito" (RHC n. 111.562/PB, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 25/06/2019, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS. ORDEM DENEGADA.

I - A prisão preventiva enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de

18/10/2012). Sob tal contexto, a Lei n. 12.403/2011 estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

II - Na hipótese, foram estabelecidas em v acórdão, fundamentadamente, as medidas contidas no art. 319 julgadas adequadas ao caso concreto. Não se pode olvidar, ademais, o fato de o acusado ser habitual na prática delitiva desde a menoridade, conforme se depreende do v. acórdão objurgado, circunstância que reforça a manutenção das medidas cautelares pelo fundado receio de reiteração delitiva. Não havendo elementos que indiquem, de maneira inequívoca, a possibilidade de revogação de tais medidas, a manutenção destas se faz necessária.

Ordem denegada." (HC 463.904/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 02/10/2018, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONDENÇÃO POR CRIME DE RECEPÇÃO. CONCEDIDO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. RÉU REINCIDENTE. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 321 do Código de Processo Penal, ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código.

2. Na espécie, a Magistrada considerou que a manutenção de algumas medidas cautelares diversas da prisão, entre elas o monitoramento eletrônico, aplicadas por ocasião da audiência de custódia, seriam suficientes e adequadas para o caso, em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, notadamente por se tratar de réu reincidente. Precedentes.

3. Recurso ordinário em habeas corpus a que nega provimento" (RHC 81.707/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 16/08/2017, grifei).

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO.

FURTO E POSSE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. MANUTENÇÃO. DETRAÇÃO PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O art. 319 do Código de Processo Penal traz um rol de medidas cautelares, que podem ser aplicadas pelo magistrado em substituição à prisão, sempre observando o binômio proporcionalidade e adequação.

3. Consta dos autos que o juiz de primeiro grau homologou a prisão em flagrante pela suposta prática de furto simples e posse de droga para uso próprio, bem como verificou que o paciente responde a processo pela receptação em comarca diversa. Diante dessas circunstâncias, fundamentou a concessão de liberdade provisória ao conduzido, mediante o cumprimento de determinadas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, entre as quais o recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga, além da proibição de frequentar bares, boates e afins.

4. **As condições impostas ao paciente não se apresentam desproporcionais ou inadequadas aos fatos teoricamente cometidos, nem à situação pessoal do agente, pois visam, especialmente, diminuir o risco de reiteração delitiva.**

5. O pleito de detração relacionada com o recolhimento domiciliar não foi objeto da impetração de origem, o que impede a análise da matéria por este Superior Tribunal, sob pena de supressão de instância.

6. **Habeas corpus não conhecido**" (HC 387.673/SC, Quinta Turma, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 11/05/2017, grifei).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PRIVADO. MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. RECOLHIMENTO NOTURNO COM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DA MEDIDA COM BASE NO BINÔMIO PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. **A fixação de medida cautelar prevista no art. 319, CPP, não é ilegal quando motivada em fundamentação que apresentam elementos concretos do caso, aferindo-se a**

necessidade e adequação.

2. *Habeas corpus denegado, e revogada a liminar deferida ao paciente e estendida aos corréus*" (HC n. 330.108/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, Rel. p/ Acórdão Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 9/5/2016, grifei).

Logo, **na espécie**, não existem elementos que indiquem, **inequivocamente**, que a revogação das medidas alternativas à prisão cautelar seja a solução mais adequada ao caso concreto. Ademais, não verifico a ausência de proporcionalidade entre as medidas impostas, eis que devidamente esclarecidas tanto na decisão que as determinou quanto naquelas que as mantiveram.

Ante o exposto, embora haja pedido de sustentação oral formulado à fl. 1.044, estando o v. acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado sobre o tema, pelo Superior Tribunal de Justiça, **nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, nego provimento ao recurso ordinário em habeas corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator